

IMPLICAÇÕES AXIOLÓGICAS E A *ESCOLA SEM PARTIDO*: (ENTRE)OLHARES DIALÓGICOS E ERGOLÓGICOS¹

Maria da Glória Corrêa di Fanti²

RESUMO: Esta reflexão tem como objetivo discutir como a proposta da *Escola sem Partido* fere os princípios dialógicos e ergológicos no que tange às concepções de linguagem e de trabalho. Partindo do pressuposto de que a dimensão de valores é constitutiva das atividades de linguagem e de trabalho, o estudo, baseado na teoria bakhtiniana e na ergologia, dá ênfase, por um lado, à impossibilidade de neutralidade da atividade humana e, por outro, à resistência a tentativas de coisificação do ser humano, como se observam nas normas criadas pela *Escola sem Partido*.

Palavras-Chave: valores; perspectiva dialógica; abordagem ergológica

AXIOLOGICAL IMPLICATIONS AND *THE SCHOOL WITHOUT A PARTY*: (BETWEEN) DIALOGICAL AND ERGOLOGICAL VIEWPOINTS

ABSTRACT: This reflection aims to discuss how the proposal of the *School without a Party* hurts the dialogical and ergological principles in relation to the conceptions of language and work. Working from the assumption that the dimension of values is constitutive of language and work, the study, based on the bakhtiniana theory and on ergology, on the one hand emphasizes the impossibility of neutrality in the human activity and, on the other hand, emphasizes the resistance to the attempts of the objectification of the human being, as is observed in the norms created by the *School without a Party*.

Key words: values; dialogical perspective; ergological approach

As implicações axiológicas (ou a questão de valores) suscitam uma série de questionamentos no que tange aos estudos que se dedicam à interface linguagem e trabalho, em especial quando se coloca em relação a perspectiva bakhtiniana e a abordagem ergológica. Tal aproximação entre as bases teóricas se mostra bastante produtiva ao se considerar que ambas, tendo como centro de reflexão as atividades humanas de linguagem e de trabalho, se configuram como complexas e dinâmicas, já que sempre há sentidos a serem problematizados, e a construção de sentidos passa, necessariamente, pelo ser humano em suas múltiplas e heterogêneas relações.

¹ Este artigo é uma versão ampliada e aprofundada da comunicação *Das implicações axiológicas: reflexões sobre a relação linguagem e trabalho* (Di Fanti, 2016), apresentada no 3^{ème} Congrès de la Société Internationale d'Ergologie, na Université d'Aix-Marseille, em agosto de 2016.

² Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (LAEL-PUC/SP), atualmente é professora-pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É líder do grupo Tessitura: Vozes em (Dis)curso (CNPq) e coordenadora da pesquisa "A tensa relação com o discurso do outro e a produção de sentidos: contribuições bakhtinianas para a pesquisa e a formação na contemporaneidade" (Edital Pesquisador Gaúcho – FAPERGS).

Considerando que a dimensão axiológica é constitutiva das atividades de linguagem e de trabalho, visamos, nesta reflexão, discorrer sobre algumas particularidades de cada campo do saber, de modo a apresentar subsídios para discutirmos sobre como a proposta da *Escola sem Partido*, em discussão atualmente no Brasil, fere os princípios dialógicos e ergológicos no que tange às concepções de linguagem e de trabalho.

Da dimensão axiológica da linguagem

Do ponto de vista bakhtiniano, todo ato de linguagem, em sua dimensão verbal e não verbal, é acentuado valorativamente, o que significa dizer que *é, na e pela* linguagem, que o sujeito manifesta suas posições sociais. Também, por essa proposição, pode-se entender que não existe sujeito sem linguagem e, mais ainda, não existe linguagem nem sujeito sem ideologia.

Conceber a linguagem por esse viés implica considerar que o enunciado, a unidade mínima da interação verbal e elo de uma cadeia complexa de enunciados, como observa Bakhtin (2011), é sempre valorado, já que é o resultado da relação entre o locutor e seus interlocutores, tendo em vista interações já realizadas (experiências, ecos de outros enunciados) e a se concretizarem (projeções futuras, antecipações de discursos-resposta). O enunciado exprime a posição de “um” em relação ao “outro”, sendo esse “um” o resultado de múltiplas interações: “na palavra me dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro [...] do ponto de vista de minha comunidade” (VOLOŠINOV, 2010, p. 299).

Ao considerar o enunciado como unidade real - não uma convenção - da comunicação discursiva, o Círculo de Bakhtin o considera como uma resposta, uma atitude responsiva de um sujeito frente a outros enunciados, próximos e distantes, aparentes e não aparentes. Nesse processo, o enunciado é tecido por signos ideológicos, que apresentam índices de valor de cunho social para além do sistema linguístico estrito. Os signos, desse modo, constituem-se como enunciados (imbricam verbal e não verbal, dito e não dito) e implicam uma atitude ativa responsiva do sujeito a qual desencadeará outros enunciados (BAKHTIN, 2011; DI FANTI, 2005).

Nesse cenário, a palavra é ao mesmo tempo um território partilhado pelo locutor e o interlocutor, pois resulta de diferentes relações eu /outro, e um signo ideológico por excelência, uma vez que, como signo, nela se entrecruzam acentos valorativos de orientação diferente. O signo, ao refletir (reiterar significado) e refratar (expandir sentidos), instaura uma dialética

interna, uma pluriacentuação social, tecida pela dinâmica coexistência de diferenças, fazendo reverberar valores e posições ideológicas no evento do enunciado (VOLOŠINOV, 2010).

Da dimensão axiológica do trabalho

A questão dos valores no mundo do trabalho, conforme a abordagem ergológica, pode ser observada a partir de diferentes dimensões, já que se volta para o “debate de normas e valores que renovam indefinidamente a atividade [de trabalho]” (SCHWARTZ, 2010a, p. 30). Nesse gesto, há um “desconforto intelectual”. Se por um lado há uma espécie de cisão entre os saberes instituídos (mentores das normas) e os saberes da experiência (fazeres industriais, próprios dos trabalhadores), por outro lado, há valores em cada uma das dimensões que devem ser considerados (SCHWARTZ, DI FANTI, BARBOSA, 2016).³

O desconforto intelectual, considerando essas reflexões, pode ser observado a partir do conceito de atividade como debate de normas, que inclui as normas antecedentes e as renormalizações. O “idealizador” das normas, ao antecipá-las, entra em confronto com o vivido em situação, o aqui e agora, causando um desconforto intelectual. Também o trabalhador, ao renormalizar as antecipações, entra em confronto com as normas antecedentes. O desconforto intelectual é também um “desconforto social e ético” porque, ao envolver debates de normas, pressupõe escolhas, e as escolhas se operam com valores. A base das renormalizações, nesse cenário, são os saberes, os “saberes-valores” (Ibid, s223).

Considerando que, na dimensão das normas antecedentes, o chamado Polo 1, há saberes-valores mais ou menos codificados, mais ou menos a distância do agir, e, na dimensão das renormalizações, o Polo 2, há saberes-valores ligados ao agir industrial, deve-se observar que sempre há renormalizações, que elas emergem como saberes “na aderência do presente e do aqui e agora”, e que devem ser reconhecidas pelo Polo 1. No entanto, não há simetria entre os dois polos, já que o Polo 1 tem legitimidade social, hierárquica e epistemológica, ao passo que o Polo 2 não tem. Para superar essa priorização dos valores das normas antecedentes, que muitas vezes podem se configurar como usurpação, foi proposto o Polo 3, dimensão dos saberes-valores epistemológicos e éticos. É o Polo que “indica as condições humanas e sociais de funcionamento correto do trabalho entre os dois [primeiros] Polos”, em especial propõe que cada Polo reconheça os valores do outro Polo. O terceiro Polo vislumbra um mundo comum a

³ A reflexão que embasa esta seção é baseada em *Uma entrevista com Yves Schwartz* (SCHWARTZ, DI FANTI, BARBOSA, 2016), publicada na revista *Letrônica*.

ser construído a partir do respeito mútuo, em que cada integrante, fazendo um esforço para consentir um intercâmbio, visa melhorar uma situação comum (Ibid, s226).

O Dispositivo Dinâmico de 3 Polos é, seguindo esta reflexão, uma espécie de síntese da postura ergológica, que pressupõe o diálogo, a escuta, a dialética entre os Polos 1 e 2, sem que haja mutilação do agir humano. Dar prioridade ao Polo 1, o das normas antecedentes, por exemplo, comum nas sociedades mercantis, pode implicar usurpação, que “cria uma espécie de assimilação do agir humano” de modo mecânico; é “uma usurpação do uso dos conceitos”. A Ergologia não questiona a necessidade da existência de normas para viver em sociedade, mas sim contesta o uso de normas que supõe “subordinação das pessoas humanas como se fossem mecânicas”. Criar normas sem considerar o ser humano e as permanentes renormalizações, em maior ou menor grau, cria crises, sofrimentos, problemas de produção etc. (Ibid, s224, s225).

A Escola sem Partido: valores em questão

No atual cenário político brasileiro, em que o país passa por dificuldades que não se limitam à dimensão econômica, tem-se percebido uma série de ações políticas, midiáticas e jurídicas que, atreladas à instauração do processo de *impeachment* da presidente da república, Dilma Roussef, põem em relevo sérios problemas que apontam para retrocessos, como os que confrontam conquistas democráticas, políticas de igualdade social, direitos trabalhistas, igualdade de gênero e liberdade de expressão. Nesse contexto, em que há um claro movimento contrário às políticas implementadas nos últimos 13 anos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), iniciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e seguidas pela presidente Dilma Roussef (2011-2016), emerge o Programa *Escola sem Partido*⁴, que, visando se integrar à Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁵, propõe uma série de postulados prescritivos sobre a educação básica, bem como sobre a postura do professor em sala de aula.

Conforme o site da *Escola sem Partido* (EsP), visualizado na Figura 1, a proposta se volta contra o que seria “o abuso da liberdade de ensinar”:

⁴ Embora o Programa *Escola sem Partido* - <http://www.programaescolasempartido.org/> - tenha sido concebido em 2004, foi em 2016 que ganhou expressão na sociedade [acesso em 28 de julho de 2016].

⁵ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



Figura 1: Página inicial da EsP

<http://www.programaescolasepartido.org/>

Passemos a observar algumas dimensões dos postulados da EsP, a partir da perspectiva bakhtiniana e da abordagem ergológica, mais especificamente sobre a dimensão valorativa que envolve questões de linguagem e trabalho. A proposta da EsP, como se percebe no primeiro princípio listado na Figura 2, prevê “neutralidade” no que tange à educação nacional, em diferentes perspectivas, como “política, ideológica e religiosa do Estado”.⁶ O argumento, para tal medida, é que haveria uma “[...] doutrinação política e ideológica em sala de aula [que] ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático [...]”.⁷

⁶ Essas reflexões possuem abrangências diversificadas: planos educacionais, conteúdos curriculares, projetos pedagógicos das escolas, materiais didáticos e paradidáticos etc.

⁷ Os trechos destacados foram retirados do site do Programa *Escola sem Partido*:
<http://www.programaescolasepartido.org/>

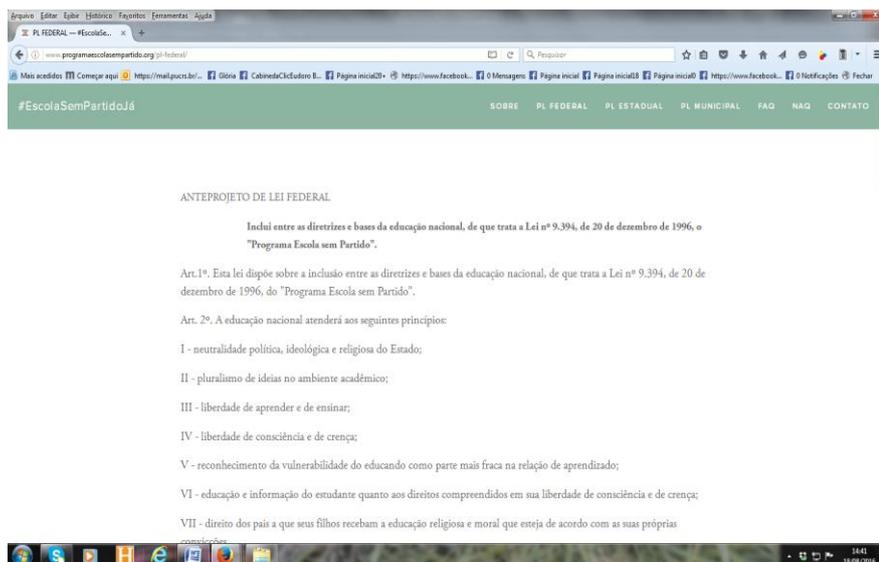


Figura 2: Anteprojeto de Lei Federal
<http://www.programaescolasepartido.org/>

A partir da proposta da EsP, observando sua dimensão axiológica, podemos perceber que, ao se considerar a possibilidade de neutralidade, há um pressuposto de que o professor possa ser neutro, isto é, que não se posicione frente aos conteúdos ministrados. Ora, sabemos que todo enunciado, ou seja, toda manifestação de linguagem, nas dimensões verbais e não verbais, é valorada socialmente, apresenta entonações expressivas que apontam para posições assumidas pelo sujeito do dizer em relação a outros dizeres. Mesmo quando o sujeito fica calado, ele está se posicionando. O sujeito, do ponto de vista bakhtiniano, é ideológico por natureza. Sua linguagem é constituída por signos ideológicos, que sempre não só refletem mas também refratam sentidos, o que impossibilita a imparcialidade. As próprias escolhas feitas assinalam posições valorativas. É impossível não se posicionar.

Essa impossibilidade de neutralidade também se observa pelo viés da abordagem ergológica que considera que o corpo-si, o trabalhador em seus debates de valores, sempre faz micro-escolhas e reajustamentos próprios da vida. Na relação com a linguagem e com a história, o corpo-si é atravessado por valores e saberes, que emergem no uso de capacidades, recursos e escolhas para gerir os impasses do meio laboral (SCHWARTZ, 2010b, 2011, 2014; DI FANTI, 2012). Para a *Escola sem Partido*, no entanto, os professores não podem apresentar valorações em sua prática docente, já que estariam agindo como “doutrinadores”, conforme os argumentos da proposta, “utilizando o tempo precioso de suas aulas para ‘fazer a cabeça’ dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral”. Nesse cenário, a EsP propõe que seja vedada “a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero”, que poderiam “comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento” sexual

do aluno, o que vem de encontro com a proposta de governo de Dilma Roussef, que pretendia inserir nos currículos escolares o respeito à diversidade de gênero, visando ao combate à homofobia.

Essas prescrições da EsP, além de não considerarem o professor como um ser humano enigmático, como reconhece a Ergologia, um ser complexo que, em atividade de trabalho, vivencia dramas entre as normas que antecedem sua prática e as renormalizações, próprias da vida com saúde, apresentam pressupostos de que o docente seria um agente irresponsável com a formação do aluno. Também a proposta, ao buscar a “neutralidade” da prática docente, vai de encontro aos princípios do ato ético, desenvolvido por Bakhtin (2010), que entende que todo ato é responsável e responsivo, isto é, implica uma responsabilidade do seu agente e, ao mesmo tempo, uma resposta a outros atos, o que significa que sempre será singular e único, pois será ressingularizado por outro, em outra situação de enunciação. Logo, sempre será avaliativo, acentuado axiologicamente.

A EsP, como forma de garantir seus preceitos, prevê que os professores, os estudantes e os pais ou responsáveis sejam instruídos sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente. Associada a essa forma de controle da atividade docente, a proposta da EsP prevê ainda um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações do professor, relativas a possível descumprimento da lei.

Além da ameaça do fazer docente, a EsP propõe a obrigatoriedade de que seja afixado, em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio, um cartaz, conforme a Figura 3, prescrevendo a conduta do professor. Essa medida é justificada como um meio de coibir o que seria “abuso intolerável da liberdade de ensinar, que se desenvolve no segredo das salas de aula, e tem como vítimas indivíduos vulneráveis em processo de formação”.



Figura 3: Cartaz – Deveres do Professor
<http://www.programaescolasempartido.org/>

Observando pela perspectiva bakhtiniana, percebemos que a proposta da EsP apresenta um tom acusador da prática do professor, como alguém que se aproveitaria do espaço da sala aula para “doutrinar” os alunos. Essa acentuação valorativa em relação ao professor aponta para características de um discurso intolerante em relação ao docente, que não reconhece a importância da diferença na relação entre eu/outro, essencial para a formação do conhecimento. O outro, no caso específico, é generalizado e tido como alguém que não pode ser reconhecido em sua diferença. A percepção dessa diferença, como observa Charaudeau (2016), quando acompanhada de um julgamento negativo, representa uma ameaça ao julgador, o que acarreta a circulação de preconceitos. Esse julgamento negativo e caricatural do outro, tentando proteger a própria identidade, apresenta índices de intolerância, ao procurar reduzir o outro a um objeto de desprezo, silenciar a pluralidade, o debate, o contraditório.

No que se refere à abordagem ergológica, podemos entender que há indícios de usurpação na proposta da EsP, ao criar uma espécie de assimilação do agir humano, ou seja, considerar que os trabalhadores, no caso os professores, possam agir mecanicamente sob a subordinação das prescrições, dos saberes antecipados, das normas, como se o uso dos conceitos fosse o mesmo para quem os concebe e para quem os utiliza. Não se questiona a importância das normas antecedentes quando criadas em consonância com as necessidades e o respeito às partes; elas são necessárias para “viver em conjunto, para trabalhar juntos, para a vida social” (SCHWARTZ, DI FANTI, BARBOSA, 2016, s225). O que se contesta é a consideração de subordinação mecanizada das pessoas às normas e no caso específico normas retrógradas e policialescas. Esse modo de gerenciamento que se vale da usurpação “cria crises, cria sofrimentos, cria mau uso das técnicas, cria problemas da produção social” (p. s225).

A abordagem ergológica, nesse cenário, propõe-se a resistir a toda postura de usurpação. Para tanto entende que se deve criar uma dinâmica permanente das normas antecedentes, em que os responsáveis pela fabricação das normas antecedentes devem estar atentos às “normas recriadas na atividade, as dimensões coletivas do trabalho”. É necessário dar visibilidade às renormalizações, pois elas são constituídas de “valores da vida social e política” que devem ser respeitados (Ibid, s225). Pensar a noção de atividade, por um viés antropológico, como um debate de normas pressupõe responsabilidade, respeito, diálogo e colaboração, o que falta na proposta da *Escola sem Partido*.

Considerações finais

As perspectivas dialógica e ergológica, ao defenderem a complexidade das atividades de linguagem e de trabalho, constituem-se como formas de resistência a tentativas de coisificação do ser humano, como se observam nas normas criadas pela EsP. O professor, como profissional da Educação, não pode ser tolhido da liberdade de pensamento e da criticidade, fundamentais para a (trans)formação da sociedade, da mesma forma que o aluno não pode ser considerado como alguém desprovido de capacidade de reflexão e mero depósito de ideias preconcebidas.

O ser humano, como observa Durrive (2015), tem necessidade de entrar em debate com as normas, já que o debate o religa à ideia de contradição, de controvérsia. No entanto, as normas criadas pela EsP procuram impedir o debate, já que se voltam para a censura do ensino crítico e da heterogeneidade de pensamentos. A EsP, ainda que tenha em sua designação o

modificador “sem Partido”, revela-se como partidária, pois, ao contrapor-se a discussões contemporâneas, se alia a políticos da extrema direita, que, em geral, são contra a pluralidade e as diferenças.

A proposta da EsP, como procuramos discutir em nossas reflexões, confronta-se com os princípios dialógicos e ergológicos referentes às atividades de linguagem e de trabalho. O mero cumprimento de normas previamente concebidas, se possível fosse, desconsideraria a atitude ativa responsiva e axiológica do docente e provocaria o seu adoecimento, um modo de impedir o debate de valores, o contraditório, a pluralidade etc., contrapondo-se ao Dispositivo Dinâmico de 3 Polos, que pressupõe o diálogo, a dialética entre as normas e as renormalizações, sem dar prioridade às normas antecedentes.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável* (1920-1924). Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos, São Paulo: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal* (1979). 4a. edição. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista a opinião pública*. Como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução de Angela M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos. *Veredas* (UFJF), Juiz de Fora, v. 7, p. 95-111, 2005.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Linguagem e trabalho: diálogo entre a translíngua e a ergologia. *Desenredo* (PPGL/UPF), v.8, p. 309-329, 2012.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Perspective dialogique et approche ergologique : (inter)faces de la relation Langage-Travail. *Ergologia*, v.9, p. 29-44, 2013.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Das implicações axiológicas: reflexões sobre a relação linguagem e trabalho. *3^{ème} Congrès de la Société Internationale d'Ergologie*, 29 de agosto, Aix-en-Provence, 2016.

DURRIVE, Louis. *L'expérience des normes*. Comprendre l'activité humaine avec la démarche ergologique. Toulouse: Octarès, 2015.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Ergologia. Conversa com Louis Durrive e Marcelle Duc. Tradução de Jussara Brito e Marcos Vinícius Pereira. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2a. edição. Niterói: EdUFF, p. 25-36, 2010a.

SCHWARTZ, Yves. A linguagem em trabalho. Conversa com Louis Durrive e Marcelle Duc. Tradução de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, p. 133-148, 2010b.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Revista trabalho, educação e saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v.9, p. 19-45, 2011.

SCHWARTZ, Yves. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.49, n.3, p. 259-274, 2014.

SCHWARTZ, Yves; DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; BARBOSA, Vanessa Fonseca. *Uma entrevista com Yves Schwartz*. *Letrônica* (PUCRS), Porto Alegre, v.9, n. esp., p. 222-233, 2016.

VOLOŠINOV, Valentin Nikolaeviĥ. *Marxisme et philosophie du langage: les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage* (1929). Nouvelle édition bilingue traduite du russe par Patrick Sériot et Inna Tylkowski-Ageeva. Limoges: Lambert-Lucas, 2010.

Enviado em : 23-11-16

Aceito em : 02-02-17